PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA ANIMAIS¹

Adryelle Reis dos Santos

Pedro Henrique Gomes Araujo

Resumo

Este trabalho aborda as mudanças na estrutura familiar contemporânea, destacando a ascensão da "família multiespécie", onde animais de estimação tornam-se membros integrais. A análise baseia-se em fontes como, Jornal da USP e dados do Instituto Pet Brasil. O texto destaca a transformação nas responsabilidades conjugais, passando de um modelo centrado no "*pater familias*" para uma abordagem mais horizontal, evidenciada pelo Código Civil brasileiro. O conceito de pensão alimentícia é expandido para incluir animais domésticos, dando origem à discussão sobre a "família multiespécie". O panorama internacional é explorado, mencionando países que reconhecem os direitos dos animais em casos de divórcio. A jurisprudência brasileira também evoluiu, concedendo direitos aos animais domésticos em casos de separação. O Projeto de Lei 197/2023 busca formalizar os direitos e deveres dos tutores de animais de estimação em cenários de divórcio. A legislação proposta enfatiza a necessidade de considerar o bem-estar dos animais, reconhecendo sua condição de "seres sencientes". O texto conclui que os animais, inseridos no contexto jurídico e legislativo, adquiriram direitos e impõem deveres aos tutores. Argumenta-se que a criação de legislação específica pode aprimorar a qualidade de vida dos animais após a separação conjugal, alinhando-se aos avanços na consideração dos direitos animais na esfera jurídica.

Palavras-chave: Animais. Pensão alimentícia. Sencientes.

1 Introdução

Diante das transformações atuais do ambiente familiar, onde a convivência compartilhada dos animais domésticos no núcleo familiar humano torna-se cada vez mais comum, temos uma nova sociedade familiar, doravante chamada de "família multiespécie".

Segundo Julia Valeri (2023) veiculado pelo Jornal da USP, observa-se um aumento nas famílias que preferem ter um animal doméstico ao invés de filhos. O vínculo emocional é forte e duradouro, tornando o animal parte da família, recebendo amor, carinho, atenção e cuidado que normalmente seriam dedicados a uma criança.

Segundo dados baseados no IBGE 2021 divulgados pelo Instituto Pet Brasil (IPB), em 2021 o Brasil possuía uma população de cerca de 58,1 milhões de cães e 27,1 milhões de gatos, totalizando, aproximadamente, 85,2 milhões de animais domésticos.

Por seu turno, comum em toda família, são os deveres matrimoniais, desde a época do Direito Romano, onde havia a família própria iure, isto é, um grupo de pessoas sujeitas ao mesmo chefe da família. o *pater familias* (Marky, 1987, p. 153).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao Centro de Ensino Superior Una de Catalão como requisito parcial para a integralização do curso de Direito, sob orientação da professora Anna Paula Mantana.

Contemporaneamente, a família passa a não ter apenas o poder do *pater familias*, mas observa-se uma horizontalidade nos deveres conjugais, onde esposa e marido assumem as obrigações de chefes da família e, como consequência jurídica, ocorre a mútua assistência, sustento, guarda e educação dos filhos, segundo o artigo 1566 do Código Civil brasileiro de 2002.

Hodierno, quando falamos de pensão alimentícia, automaticamente pensamos nos filhos humanos do casal. Todavia, com a entrada de um novo integrante na família, os animais domésticos, surge um novo modo de pensar.

Em alguns países, as leis já permitem que os animais tenham direito a uma pensão alimentícia em caso de divórcio ou separação de casais, considerando a criação do novo conceito de “família multiespécie”.

Por ser um assunto demasiadamente controverso, este vem ganhando cada vez mais atenção no cenário jurídico nos últimos anos. A ideia é proporcionar aos animais de estimação a garantia de receberem dos seus donos cuidado e alimentação adequada após a separação, independentemente da guarda compartilhada ou exclusiva.

Com o referido trabalho, temos por escopo verificar, analisar, compreender e caracterizar a aplicação do Direito das Famílias no novo conceito de família multiespécie, proporcionando um debate para maior compreensão e informação sobre a tutela dos animais no novo conceito de família multiespécie, visando salvaguardar o direito aos seres sencientes.

A metodologia utilizada no presente foi realizar uma revisão detalhada sobre o assunto, consultando doutrinas, artigos científicos, jurisprudências e outras fontes relevantes, sendo fundamental para identificar quais são os aspectos importantes e quais são os estudos existentes, para aprimorar todo o conhecimento já angarinhado e melhor detalhar os pontos.

2 Evolução do direito dos animais

Para o Direito, houve alteração na relação jurídica dos animais, em termos, o artigo 82 do Código Civil brasileiro, que versa sobre os bens considerados em si mesmos, os bens móveis, diz: “Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômica-social.” (Brasil, 2002).

Definitivamente, o preâmbulo do artigo, pedagógico, classifica aqueles suscetíveis de movimento próprio como móveis, e a doutrina encarrega-se de classificar esses móveis como seres semoventes, aqueles que têm movimento próprio.

Incisiva nesse particular é a doutrina ao dizer: “Os semoventes são os bens que se movem de um lugar para outro, por movimento próprio, como é o caso, seguindo o entendimento tradicional, dos animais” (Gagliano; Pampona Filho, 2022, p. 331).

Na mesma sintonia: “Semoventes – São os suscetíveis de movimento próprio, como os animais. Movem-se de um local para outro por força própria.” (Gonçalves, 2023, p. 118)

Em que pese essa classificação, feita pela doutrina interpretando a norma, os tribunais têm dado prosperidade ao seu entendimento, *sub judice*, conferindo direitos aos animais domésticos. A jurisprudência recente tem alterado a classificação doutrinária dos animais, adjetivando-os como seres sencientes, dotados de dignidade e direitos próprios.

A doutrina tem igualmente mudado o seu entendimento, conforme anota Caio Mário da Silva Pereira (2022, p. 359):

Levando em conta a qualidade própria ou alheia do impulso, chamam-se semoventes aqueles dotados de movimento por sua força própria, e simplesmente móveis os demais, distinção sem qualquer efeito prático. Cresce, nos últimos anos, na experiência estrangeira, o debate quanto à conveniência de se inserirem os animais em uma categoria à parte, distinta dos bens, como prevê, por exemplo, o art. 201-B do Código Civil português, que passou a reputá-los “seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza” após reforma legislativa ocorrida em 2017. Idêntica designação passou a adotar o Código Civil francês em 2015 (art. 515-14), embora ainda mantenha os animais submetidos ao regime dos bens.

3 Direitos dos animais comparado

Essa alteração de entendimento acerca dos direitos dos animais não ocorre apenas no Brasil. Um exemplo recente de evolução da jurisprudência nesse sentido fora do Brasil é o caso do chimpanzé “Cecília”, que ocorreu na Argentina, em 2016. Nesse caso, a Justiça Argentina reconheceu o chimpanzé como sujeito de direito, concedendo-lhe um *habeas corpus* para que pudesse ser transferida do *zoológico*, onde vivia, para um santuário. Essa decisão histórica foi fundamentada no reconhecimento da natureza senciente dos animais e na sua proteção como sujeito de direitos (Dias; G1 Sorocaba; Jundiaí, 2017).

Outro exemplo interessante é o caso dos elefantes “Happy” e “Minh”, que ocorreu

nos Estados Unidos, em 2020. Nesse caso, um tribunal reconheceu que os elefantes não são sujeitos de direito na lei estadual. No entanto, a Corte de Apelação destacou a necessidade de se considerar a proteção dos animais (UOL notícias, 2022).

Ainda, em Portugal, foi criada uma lei para dar mais proteção aos animais, retirando destes o *status* de coisa e conferindo-lhes o *status* de seres vivos dotados de sensibilidade.

Na Alemanha, Suíça e Áustria, foi promulgada uma lei em que os animais são elevados a uma categoria que precede os humanos, entendendo que os animais não são coisas.

4 Precedentes judiciais no Brasil

Para os tribunais, os animais domésticos não são somente objetos a ser dividido como os bens materiais. Os magistrados têm levado em consideração o valor emocional e afetivo para seus proprietários, entendendo que a divisão do animal como um objeto pode causar sofrimento emocional aos donos.

O REsp 1713167/SP, julgado pelo STJ, Trouxe um precedente ímpar ao conceder o direito de visita dos donos divorciados ao animal de estimação. Confira-se trecho a seguir:

(...) 1- Inicialmente, deve ser afastada qualquer alegação de que a discussão envolvendo a entidade familiar e o seu animal de estimação é menor, ou se trata de mera futilidade a ocupar o tempo desta Corte. Ao contrário, é cada vez mais recorrente no mundo da pós-modernidade e envolve questão bastante delicada, examinada tanto pelo ângulo da afetividade em relação ao animal, como também pela necessidade de sua preservação como mandamento constitucional (...) 6- Os animais de companhia são seres que, inevitavelmente, possuem natureza especial e, como ser senciente - dotados de sensibilidade, sentindo as mesmas dores e necessidades biopsicológicas dos animais racionais -, também devem ter o seu bem-estar considerado. 7- Assim, na dissolução da entidade familiar em que haja algum conflito em relação ao animal de estimação, independentemente da qualificação jurídica a ser adotada, a resolução deverá buscar atender, sempre a depender do caso em concreto, aos fins sociais, atentando para a própria evolução da sociedade, com a proteção do ser humano e do seu vínculo afetivo com o animal. (...).

No julgado, percebe-se a superação da natureza jurídica adotada anteriormente e, agora, o posicionamento no sentido de que os animais de companhia são seres sencientes, tendo a capacidade de sentir as coisas. Resta demonstrado que a separação do animal daquela família causaria danos ao animal.

Mesmo que o assunto seja diverso, não há de se entender em demasia o caso no TJPR, que, em decisão recente, por unanimidade, reconheceu a capacidade dos animais de serem partes em demandas judiciais. É o que se extrai do agravo de instrumento nº 0059204-56.2020.8.16.0000, de 14 de setembro de 2021.

Outro exemplo de que os animais vêm ganhando espaço no direito brasileiro foi a decisão do TJSP no processo 2052114-52.2018.8.26.0000, em que o rompimento de uma união estável levou à discussão pela guarda do animal de estimação. O Tribunal *Ad quem* reconheceu o juízo da vara de família como responsável por julgar a lide do caso em concreto, aos fins sociais, atentando para a própria evolução da sociedade, com a proteção do ser humano e do seu vínculo afetivo com o animal.

Ao cabo, em decisão recente, a Justiça do Paraná, da cidade de Ponta Grossa, no processo 0032729-98.2023.8.16.0019, reconheceu um cachorro como autor de uma ação judicial de pedido de indenização por maus tratos.

A magistrada Poliana Maria Cremasco Fagundes Cunha Wojciechowski fundamentou a capacidade processual do animal no Decreto 24.645/1934, que já foi revogado. Tem-se que os animais, enquanto sujeitos de direitos subjetivos, são dotados da capacidade de ser parte em juízo (personalidade judiciária). Veja-se:

Tendo em vista o reconhecimento da vigência do Decreto nº 24.645/1934, ao menos no que tange às cláusulas não-penais, é possível afirmar seguramente que, ao menos no Brasil, a capacidade de ser parte dos animais é prevista em lei, ou seja, o Direito Processual Civil Brasileiro contempla a possibilidade de animais demandarem em juízo em nome próprio. [...] Dessa forma, e já em sentido conclusivo, tem-se que os animais, enquanto sujeitos de direitos subjetivos, são dotados da capacidade de ser parte em juízo (personalidade judiciária), cuja legitimidade decorre não apenas do direito natural, como também do direito positivo estatal, consoante expressa previsão do art. 2º, § 3º, do Decreto 24.645/1934, além de previsto expressamente na declaração de Toulon (2019), bem como em atenção aos Direitos e Garantias Fundamentais de um Estado Democrático de Direito (Decisão – Processo nº 0032729-98.2023.8.16.0019).

5 Projeto de Lei 197/2023

Já está em andamento o Projeto de Lei nº 179/23. Esse projeto de lei garante aos animais de estimação o acesso à Justiça, além de regular diversas situações que podem surgir na relação da família multiespécie, como é o caso do pedido de guarda ou regulamentação de visitas, entre outras que serão mais detalhadas ao longo do capítulo.

O principal argumento do Deputado Bruno Lima, do PP-SP, idealizador do PL, é

o seguinte:

Não se trata, evidentemente, de igualar filhos humanos a filhos não humanos ou de conferir-lhes os mesmos direitos. Trata-se de reconhecer que os animais de estimação também são considerados membros das famílias, merecendo a proteção devida nesse sentido. A paternidade nas famílias multiespécies é afetiva, e a afetividade é protegida pelo ordenamento jurídico brasileiro.

A justificativa exposta é o aumento da adoção de animais domésticos como filhos no Brasil, fazendo necessário a elaboração de uma norma que possa resguardar o direito aos animais domésticos de possíveis conflitos entre os pais humanos.

Mister se faz ressaltar que aquilo a que os filhos humanos estão sujeitos a enfrentar em algum litígio entre o casal, também se aplica aos “filhos de quatro patas”. Estes, que ganharam no ordenamento jurídico atual a classificação de seres sencientes, devem ter assegurados os seus direitos fundamentais e encontrar guarida no ordenamento jurídico brasileiro.

O presente Projeto de Lei estruturará os direitos e deveres dos casais para com seus animais domésticos. No artigo 9 do PL 197/2023, discute-se as responsabilidades dos cônjuges no tratamento do animal, como dar-lhe um nome, gerir sua educação sem empregar maus tratos e outros tratamentos.

No artigo 13 do já citado Projeto, disciplina-se sobre a guarda compartilhada, pensão alimentícia, direito de visitação e outros cuidados para atender às necessidades do animal doméstico. Importante frisar que, em casos de dissolução da sociedade conjugal, os juízos das varas de família deverão contar com médico veterinário especializado em etologia ou psicologia animal.

Verifica-se uma crescente preocupação no ordenamento jurídico para com os animais domésticos. Cada vez mais, estes vão ganhando espaço nas famílias e tornando-se como filhos. A tutela dada aos filhos humanos deve ser aplicada aos filhos não humanos, isto é, aos animais.

6 Dos alimentos

No contexto do direito de família, “alimentos” referem-se a uma obrigação financeira ou dever de com relação a outra. Os alimentos são uma forma de apoio financeiro que uma pessoa (alimentante) é legalmente obrigada a fornecer a outra

(alimentado), geralmente um cônjuge, filho, ou, em alguns casos, outros dependentes, conforme art. 1694 Código Civil, *in verbis*: “Podem os, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação” (Brasil, 2002).

Com o advento da família multiespécie, entende-se que os animais domésticos, cuidados durante a constância da sociedade conjugal, devem receber o mesmo tratamento dado aos filhos humanos, aplicando-se a regra legal no que couber.

“Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento” (Brasil, 2002).

Para a fixação dos alimentos para os filhos humanos, é necessário observar os requisitos que a doutrina coloca, segundo a melhor interpretação doutrinária, Caio Mario da Silva Pereira (2022, p. 678) diz que os alimentos obedecem a pressupostos materiais para o seu reconhecimento, sendo eles a necessidade, a possibilidade, a proporcionalidade e a reciprocidade.

Destaco, ainda, a doutrina de Maria Berenice Dias (2015, p. 605), na quantificação dos alimentos, deve-se obedecer a um trinômio: proporcionalidade, necessidade e possibilidade. A proporcionalidade traz a ideia de uma medida justa e a proibição de excesso, considerando, portanto, a necessidade do alimentado e a possibilidade do alimentante.

Em suma, a pensão alimentícia deve ser estabelecida de acordo com a capacidade financeira do alimentante e com as reais necessidades do alimentado, garantindo que seja justa e adequada às condições de ambas as partes envolvidas.

Segundo o parágrafo 1º do artigo 1.694 do Código Civil brasileiro, “Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada” (Brasil, 2002).

Essas mesmas observações são aplicadas quando falamos de pensão alimentícia para os animais domésticos. A grande diferença está na necessidade do animal em receber esses alimentos.

O Projeto de Lei 179/2023, no artigo 13, estabelece que a pensão alimentícia é específica para a manutenção das necessidades dos animais. Como é próprio dos alimentos, eles são destinados para resguardar os seus direitos fundamentais no que se

refere à saúde animal.

Importante destacar que, para a manutenção adequada de um animal de estimação, são necessários diversos cuidados com aspectos essenciais que são considerados, como a alimentação. Certos tipos de animais possuem dietas específicas, levando em consideração suas necessidades nutricionais.

Como parte das obrigações da sociedade conjugal, a assistência mútua deve ser levada em conta quando falamos da família multiespécie. Por isso, em qualquer que seja a situação conjugal, é necessário oferecer sempre bem-estar e dignidade de vida ao animal de estimação.

7 Conclusão

Depreende-se do presente trabalho que, diante das transformações, os animais ganharam espaço no cenário jurídico e legislativo, adquirindo direitos e impondo deveres aos seus tutores humanos. A evolução jurídica dos animais foi pertinente, uma vez que sempre foram seres que auxiliaram os humanos de diversas formas, como, por exemplo, em casos de transtornos de ansiedade, onde o animal de estimação pode substituir a presença de outra pessoa. O contato humano com os animais pode superar a falta de um companheiro ao lado.

Considerar a capacidade de sentir do animal para conferir-lhe direitos é um reconhecimento de que este é um ser de direito necessário. A separação da sociedade conjugal é um ato doloroso para o animal, assim como é para uma criança. A diferença reside no fato de que o animal não consegue se expressar verbalmente, enquanto a criança consegue se comunicar de maneira compreensível.

O direito é uma fonte que resguarda aquilo que é fundamental para a sobrevivência, regulando o mínimo necessário para viver, como estabelecido no contrato social. Progressivamente, os animais adentraram nesse contrato social, tornando-se parte integral da sociedade.

Os animais domésticos, muitas vezes, são considerados como filhos humanos, sendo o cachorro mais dependente do ser humano do que o gato, por exemplo. O cachorro precisa de um ser humano ao seu lado para se alimentar, beber água, receber banho, tosa e cuidados veterinários.

A criação de uma legislação específica pode aprimorar ainda mais o tratamento e

a segurança do animal, proporcionando condições mínimas de sobrevivência e melhor qualidade de saúde. A separação de um casal pode significar uma mudança na rotina e no convívio do animal com seus “pais”, podendo desencadear depressão ou profunda tristeza que afeta a qualidade de vida do animal.

Portanto, a lei deve regular o tratamento do animal doméstico após a separação da sociedade matrimonial, garantindo uma melhoria em sua qualidade de vida pós-separação. Os precedentes jurídicos estabeleceram bases para a criação dessa nova legislação, como a concessão de *habeas corpus* para um animal, reconhecendo-o como parte e sujeito processual.

8 Referências

BRASIL. **Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Vade Mecum Exame de Ordem e Concursos. 3ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

_____. STJ. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1713167/SP**. Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 09/10/2018. Disponível em <https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=88441759&tipo=5&nreg=201702398049&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20181009&formato=PDF&salvar=false>. Acesso em 28/08/2023.

DIAS, Carlos; G1 SOROCABA; JUNDIAÍ. **Chimpanzé libertada por habeas corpus troca beijos com novo companheiro em Sorocaba**. Publicado em 29/08/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/saopaulo/sorocaba-jundiai/noticia/chimpanze-libertada-por-habeas-corpus-trocabeijos-com-novo-companheiro-em-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 15 de out. de 2023.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. Volume 1: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro - Parte Geral**. v. 1. 21. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. ePUB.

IPB. Instituto Pet Brasil. **Estudos e Pesquisas – Dados 2021**. Disponível em: <http://institutopetbrasil.com/beneficios/#1654478566734-2b296943-2dd6>. Acesso em: 14 de out. de 2023.

MARKY, Thomas. **Curso elementar de direito romano**. 3. edição. São Paulo: Saraiva, 1987.

SÃO PAULO. TJSP. **AG. 2052114-52.2018.8.26.0000**. Rel, Desembargador JOSÉ RUBENS QUEIROZ GOMES, 7ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 23/03/2018, Dje 23/03/2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2023/09/vara-familia-julga-guarda-compartilhada.pdf>> Acesso em 28/08/2023.

PARANÁ. TJPR. **Agravo de Instrumento nº 0059204-56.2020.8.16.0000**. Rel. Desembargador D`ARTAGNAN SERPA SÁ, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgado em 14/09/2021, Dje 23/09/2021. Disponível em: <https://consulta.tjpr.jus.br/projudi_consulta/arquivo.do?_tj=8a6c53f8698c7ff7e57a8effb7e252194c6ab850ac017e101e2980aa210b6998e9dd0b0b975d50f7> Acesso: 13/09/2023.

PONTA GROSSA, TJPR **0032729-98.2023.8.16.0019**., Juiza POLIANA MARIA CREMASCO FAGUNDES CUNHA WOJCIECHOWS, 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA, julgado em 02/10/2023, Dje 02/10/2023 Disponível em <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2023/10/A1FCC7A86282E9_decisao-tokinho.pdf> Acesso 02/11/2023.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direito de família**. Revisão por Tânia da Silva Pereira. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

UOL NOTÍCIAS. **Elefante Happy não é uma pessoa, decide tribunal de Nova York**. Publicado em 15/06/2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimasnoticias/2022/06/15/tribunal-de-ny-decide-que-elefante-happy-nao-e-umapessoa.htm>>. Acesso em: 14 de out. de 2023.

VALERI, Julia. **Cresce o número de famílias que preferem ter pets em vez de filhos**. Publicado em 21/06/2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/cresce-o-numero-de-familias-que-preferem-ter-pets-em-vez-de-filhos/#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%20anos%2C%20tem%2Dse,e%20nas%20prioridades%20das%20pessoas>>. Acesso em 16 de out. de 2023.